

PANDEMIA E PERSPECTIVAS NO MUNDO DO TRABALHO

PANDEMIC AND PERSPECTIVES IN THE LABOR WORLD

Jacyara Carrijo Rochael NASCIUTTI¹

Recebido em: 10/05/2020

Aceito em: 05/06/2020

RESUMO

O mundo vive uma situação até então inédita nos registros históricos da humanidade, na qual nos deparamos, perplexos, com a imensa vulnerabilidade humana frente a uma pandemia que, diferente das graves epidemias que consumiram milhões de vidas no planeta ao longo da história, esta, em poucos meses, tem gerado rupturas no *modus operandi* dos sistemas de saúde, da economia, políticos e sociais em quase todo o planeta. Seus impactos, ainda vividos, terão repercussão mais profunda nos países já em crises político-econômicas, como o Brasil. Este ensaio dirige seu olhar para o mundo do trabalho e dos trabalhadores, e aponta, ao final, para a possibilidade de novos horizontes nas relações de trabalho.

Palavras-chave: Pandemia. Psicossociologia. Organizações. Trabalho.

ABSTRACT

The world is experiencing a situation hitherto unheard of in the historical records of humanity, in which we are perplexed by the immense human vulnerability in the face of a pandemic that, unlike the serious epidemics that have consumed millions of lives on the planet throughout history, this, in a few months, has generated disruptions in the *modus operandi* of health, economic, political and social systems in almost the entire planet. Its impacts, still experienced, will have deeper repercussions in countries already in political-economic crises, such as Brazil. This essay directs its gaze to the labor world and workers, and points, in the end, to the possibility of new horizons in labor relations.

Keywords: Pandemic. Psychosociology. Organizations. Labor.

A crise sanitária criada pela COVID-19, nesse início de ano, se sobrepõe às fragilidades políticas que já se esparramavam pela Europa, EUA e América do Sul, onde alguns governantes

¹ Psicossocióloga – Doutora pela Université Paris VII, professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: caryara@hotmail.com

impuseram o obscurantismo e a irracionalidade na condução política da vida social e econômica de suas populações. Além disso, a forma como o mundo vem tratando o meio ambiente ganha relevância com a pandemia, tema este que já vinha sendo tratado pelos cientistas e epidemiologistas há muitos anos, inclusive com previsão de novas disseminações de vírus. A pandemia veio trazer à tona o que estava subjacente à vida coletiva neste planeta. Evidentemente, todos, ricos e pobres, pagam o preço da irresponsabilidade política e social que tem resultado (e que ainda deixará rastros por longo tempo) na maior perda de vidas desde a Segunda Guerra Mundial.

Contribui para a derrocada social, política e econômica no mundo globalizado, a interrupção abrupta da máquina produtiva, mercantil e financeira na maioria dos países (mesmo os menos atingidos) e nos coloca, a todos, frente a interrogações inevitáveis:

- 1) em nível global – como seguirá o mundo e seus sistemas de relações internacionais, as políticas econômicas, ambientais e científicas, o tratamento às diferenças étnicas, regionais e geográficas?
- 2) nas instituições e organizações públicas e privadas em níveis nacional e estadual – como ficarão os modelos educacionais, os sistemas de saúde pública e privada, a divisão do trabalho, os lugares hierárquicos até então atribuídos às diferentes categorias profissionais, os modos de gestão até então prevalentes?
- 3) em nível individual – qual será o valor e lugar do trabalhador nas organizações de trabalho e no trabalho autônomo/empreendedor, e nas relações familiares e comunitárias?

Ainda vivemos sob o impacto de tantas rupturas bruscas, mas sabemos que “voltar ao normal” não só será dificilmente exequível quanto indesejável - posto que foi “do normal” que surgiu toda essa crise reveladora da fragilidade em que o planeta se colocou - e que é fundamental que novos caminhos e novas formas de viver sejam pensados. Se não temos respostas claras para as questões que nos colocamos, sabemos que as diferenças econômicas e sociais tendem a aumentar ainda mais. Será necessário, a nível nacional, que sejam traçadas estratégias, principalmente de proteção social e sanitárias (outras quarentenas e novas pandemias são previstas), mas também na criação de uma rede de sustentação em todas as instâncias da economia – empresas e sistema financeiro, mas principalmente sustentação ao desemprego, conforme análise da economista Monica de Bolle (*John Hopkins University/EUA*), em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 20/04/2020. Ela ainda salienta que é preciso haver multidisciplinaridade e diálogos entre os diferentes setores da sociedade, como saúde e economia.

Especialistas da área de educação colocam as mesmas propostas com relação à interdisciplinaridade, como maiores trocas entre os gestores das políticas educacionais, os setores da tecnologia da informação e comunicação, as organizações não governamentais e da formação de corpo docente nos vários níveis da educação, salientando que o eixo de reconstrução dos países será a educação.

No que se refere ao setor do trabalho, sabe-se que o índice de desemprego no Brasil alcançou mais de 12% ao fim do primeiro trimestre de 2020².

Considerando o valor que o “mercado” tem na vida das pessoas no mundo atual, alguns pontos merecem ser considerados mais detalhadamente, tanto para os que estão empregados quanto para os que procuram emprego e mais ainda para os que sequer são levados em conta nessas estatísticas e que estão sendo descobertos agora pelos órgãos oficiais brasileiros, ao cadastrarem os trabalhadores informais para recebimento de um auxílio emergencial, em função da

² taxa esta considerada subestimada pelos analistas econômicos, por conter apenas a parcela de demitidos e cadastrados em busca de emprego formal.

pandemia do coronavírus. Descobre-se uma legião de (assim chamados) “invisíveis”, pois são pessoas que vivem à margem do mercado de trabalho, sem sequer terem registro em qualquer órgão oficial (milhões de brasileiros não têm CPF e às vezes nem documento de identidade). São catadores, vendedores ambulantes, carregadores de mercadorias, sem qualquer previsão de assistência social ou financeira, pois que desconhecidos e, simbolicamente, invisíveis para a sociedade. Como se sentem essas pessoas frente ao desamparo e impotência absoluta para garantir sua sobrevivência e de suas famílias?

A evidência das profundas desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas é mais alarmante quando constatamos o quanto o uso de tecnologias de informação e comunicação passou a ser essencial para a plena participação dos cidadãos na vida social e no acesso aos serviços públicos e privados. Um bom exemplo está no filme britânico “Eu, Daniel Blake”, de Ken Loach, que acompanha as desventuras de um carpinteiro idoso, analfabeto digital, e suas enormes dificuldades técnicas e burocráticas para receber os benefícios governamentais aos quais tem direito. O auxílio emergencial referido acima - além de exigir CPF e identidade, e o preenchimento de um formulário com itens não totalmente claros para esses cidadãos - deve ser solicitado por meio de um aplicativo disponível apenas por Internet e a ser instalado em aparelho de telefone celular com recursos e configuração modernos. Quantos “invisíveis” têm nível de educação mínimo (grande parte é de analfabetos) e recursos necessários para acesso à Internet e, mais ainda, a aparelhos celulares, para poderem ao menos solicitar o auxílio? É verdade que, para muitos, talvez seja a primeira vez na vida que percebem ter direito a algum benefício social, mas vencer a inabilidade pessoal e a burocracia necessária são fatores que prejudicam o sentimento de, enfim, se sentir cidadão.

Na perspectiva interdisciplinar da psicossociologia, entende-se que não podemos pensar o indivíduo sem considerar as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, compostas por um sistema simbólico, atravessadas pela ideologia e pelo imaginário. Esse sistema é visto ainda como dinâmico já que, participando da formação de indivíduos conferindo-lhes uma identidade, é, ao mesmo tempo, formado e modificado por eles. Nesse sentido, as relações interpessoais não somente são reguladas pelo simbólico social, mas obedecem também às exigências pulsionais individuais (NASCIUTTI, 1996).

Ora, nessa abordagem psicossocial, é importante entendermos que as instituições são manifestações e concretizações das realidades da vida em sociedade, com suas leis, suas regras, seus códigos, suas ideologias. Impõem costumes, prêmios e punições, transmitem valores e estabelecem limites. Produzem modos de representação e pessoas, mas também protegem, dão garantias; alimentam egos e ilusões e servem como projeção para as fraquezas e anseios da alma humana. São espaços de mediação entre a vida individual e a vida coletiva. Dessa forma, a análise psicossocial institucional se dirige aos elementos instituídos que se situam em um nível de exterioridade e de anterioridade ao fenômeno que se pretende estudar (contexto ideológico-cultural-político-histórico, territorialidade, realidade do contexto econômico). Ela se dirige também aos seus aspectos formais, funcionais e organizacionais (papéis, *status*, relações de poder, modos de decisão, questões sindicais). Finalmente, ela se dirige ao nível relacional, aos comportamentos e discursos manifestos e aos processos inconscientes individuais. É aí que o trabalhador empregado se encontra.

Ele está sujeito a imposições que lhe determinam um lugar e tarefas específicas, mas também em uma estrutura que lhe retribui não só com o salário, mas com um lugar de inserção profissional e social. Assim, as alterações na estrutura organizacional (materialização das instituições) terão impactos sobre cada um que ali se encontra, em qualquer nível, seja reassegurando seu lugar, seja alterando seu contrato ou função, seja excluindo-o.

As mudanças decorrentes dessa crise produzida pela COVID-19, que já aconteceram, que estão acontecendo e que ainda vão acontecer no futuro próximo, se dão em todas as dimensões e

níveis sociais, na cadeia produtiva, nas dinâmicas operacionais de recursos humanos (instituições públicas e privadas), nos vínculos de emprego formais e informais, gerando clima de ansiedade e insegurança em todos, subjetivamente e nas relações interpessoais profissionais, sociais e familiares.

Para quem mantém o vínculo empregatício, pode estar havendo sobrecarga de trabalho, ou alteração nos protocolos habituais. O recurso do teletrabalho (*home office*) também tem sido amplamente utilizado, em setores nos quais isso é possível. Essa estratégia pode ser interessante para empregador e empregado, no entanto, apresenta vários percalços, como falta de limite de tempo/horário diário, ausência de cooperação habitual entre colegas no ambiente de trabalho regular, solidão. Um depoimento exemplifica essa condição:

Sou advogada trabalhista em um grande escritório de advocacia. A demanda aumentou bastante, pois a pandemia atingiu muito as relações de trabalho, que é justamente a minha área. No início, tive bastante dificuldade para gerenciar o tempo em home office, mas agora consegui me organizar melhor. Estou sendo bem produtiva e consigo focar melhor nas atividades. Como pontos negativos, sinto a falta da interação diária com a equipe (apesar das reuniões por vídeo semanais para nos atualizarmos) e a demanda de clientes fora do horário de trabalho. A distribuição das tarefas dentro da equipe acaba ficando mais desigual. Acaba-se privilegiando quem tem mais contato no dia-a-dia. A pandemia teve impacto maior nas atividades de secretárias, recepcionistas, copeiras e pessoal de limpeza, com férias antecipadas e suspensão de contrato. A inadimplência dos clientes também afeta o caixa do escritório, mas o escritório segue evitando os desligamentos, porque quando as atividades forem retomadas normalmente, precisaremos de todo o pessoal. O clima tem estado razoavelmente tranquilo, porque o escritório vem avisando das medidas conforme a necessidade. Não há um temor da perda do emprego, mas há uma cobrança grande em cima de faturamento. Com relação aos clientes, verifico que empresas muito atingidas com a crise, como lojas e shopping centers, já adotaram medidas mais fortes desde o início (antecipação das férias e suspensão de contratos de trabalho, e até desligamentos), pois o prejuízo atinge a recuperação do negócio, mesmo quando a pandemia passar. Empresas de entretenimento (parques, cinemas, teatros, e de venda de ingressos para estas atividades) estão sendo seriamente afetadas e possivelmente terão que fazer desligamentos. Nestas empresas o clima está bem ruim. Outras empresas, que realizam atividades essenciais como distribuição de energia, estão com outros desafios, pois demandam atividade presencial. Nesses casos, estão investindo em medidas de proteção aos empregados (uso de máscaras e álcool gel, revezamento de equipes e distanciamento mínimo, orientações, medição de temperatura e isolamento de empregados com suspeita da doença), visando garantir o funcionamento das atividades essenciais. Estas empresas têm um cenário bem desafiador, pois o índice de inadimplência está bem alto e elas não podem parar de funcionar. Muitas estão implementando medidas de redução e suspensão do contrato do trabalho, principalmente para os empregados que realizam atividades não essenciais ou administrativas, ou para grupos de risco.

A ameaça de perder o emprego ao final do confinamento espacial (e na maioria das vezes, também social) tem gerado enorme estresse emocional na maioria dos funcionários, já que com a brusca interrupção de ingresso de recursos, as empresas, com dificuldades financeiras, provavelmente irão reestruturar seu pessoal e demitir funcionários. Sabe-se, pelos noticiários, que muitas empresas já utilizam estratégias de negociação, que vão da redução de salários a retirada de abonos e férias. Chega-se ao ponto de impor situações constrangedoras aos funcionários, conforme divulgado pelas mídias, como a coação (mediante ameaça de serem despedidos) para que funcionários, perfilados ajoelhados em frente a alguns estabelecimentos comerciais, pedissem, em oração, pelo fim do confinamento e reabertura do comércio.

Quando se é despedido, mesmo em situação de exceção, o sentimento mais comumente vivido pelo profissional é de ter sido traído pela organização. Quando ocorrem demissões em massa,

o sentimento para os que ficam é de perseguição, ansiedade, nervosismo, insegurança e estresse, principalmente quando a organização não informa os funcionários de seus projetos, de sua situação financeira, suas estratégias e projetos quanto às políticas de pessoal. Nessas circunstâncias, a transparência da organização pode ter efeito mais positivo do que o silêncio constrangedor.

Ora, mesmo em condições adversas globais, como é o caso agora, a desocupação não esperada pode criar na pessoa, além da evidente perda financeira, uma crise de autoestima, uma quebra no sentimento de unidade, de completude. É como se junto com o emprego e a impossibilidade de trabalhar, o indivíduo perdesse suas referências de integração e pertencimento social, de identidade cultural. Ferida no narcisismo, na dignidade, sentimento de vergonha e fracasso, são as primeiras queixas de quem não pode trabalhar, além da perda financeira. Isso acontece, seja por demissão do emprego, seja por impossibilidade física ou outro motivo que faça com que a pessoa, contra sua vontade, seja obrigada a largar o trabalho, sem garantias para um futuro próximo.

Essas mudanças no estado psicológico, acompanhadas do tempo agora ocioso a ser preenchido, e ainda mais, em confinamento, alteram significativamente a dinâmica cotidiana individual, provocando conflitos conjugais, problemas sexuais, insônia, propensão a acidente e doenças, dificuldades nos relacionamentos de autoridade entre pais e filhos. Existem, nas mídias, relatos de aumento de violência doméstica e de abuso sexual. Para o homem, essas questões se colocam de forma ainda mais contundente, posto que a cultura ainda lhe relega a carga da responsabilidade do sustento familiar. Com o prolongamento da situação, o sentimento de isolamento, de ser diferente ou menor que os outros, pode se transformar do desânimo em apatia, da apatia em depressão. Nesses casos, o isolamento, efetivamente, se transforma em isolamento social.

No entanto, encarar a falta de trabalho como um processo e não uma situação definitiva e estática, pode permitir enxergar esse período como possibilidades de novos rumos profissionais. Enfrentar o desemprego não como responsabilidade ou culpa pessoal, mas como decorrência de uma fatalidade como a pandemia ou das regras do mercado de trabalho, faz com que o indivíduo se perceba como parte da história social. Resgatar-se a si mesmo e ajudar a resgatar o outro por empatia, pode ser um caminho de saída para o desamparo psicológico causado pela falta do emprego ou impossibilidade de trabalho.

Consideremos outro aspecto, ligado ao valor social do trabalhador, que merece nosso olhar trazido pela pandemia, a partir desse extrato do texto de Dominique Lhuillier (2014).

Os julgamentos de valor sobre determinado trabalho contaminam também a pessoa que o exerce. E os julgamentos dos outros pesam sobre a própria autoimagem. As profissões que se encontram na parte de baixo da escala moral do trabalho são as que condensam o “trabalho sujo”, ou seja, tarefas físicas ou simbolicamente nojentas, humilhantes, degradantes, tarefas que são sinônimo de transgressão dos valores morais. É o caso, por exemplo, das profissões ligadas ao lixo, à faxina, das profissões ligadas à ordem pública e à repressão, das profissões que lidam com a morte, a loucura, a violência, a velhice, a marginalidade, a deficiência etc. Trata-se de profissões ou tarefas que têm por objeto o negativo psicossocial (LHUILIER, 2009), ou seja, aquilo que é rejeitado e fica nos bastidores. Essa rejeição é sinônimo de clivagem e de projeção a serviço da depuração, das tentativas de eliminar o negativo.

A pandemia gerou a classificação de categorias profissionais de acordo com suas importâncias críticas para atender as necessidades imprescindíveis da sociedade nessas circunstâncias de confinamento, sob ameaça de contaminação ou sob tratamento. Os profissionais das assim chamadas atividades essenciais: de subsistência alimentar, saúde, segurança, limpeza,

transportes, jurídicas e financeiras, passaram a ter um papel fundamental, colocando em risco, muitas vezes, a própria vida do trabalhador e de seus familiares para cumprirem suas funções. Grande parte dessas categorias profissionais: atendentes, maqueiros, técnicos de laboratório e auxiliares de enfermagem, cuidadores de idosos, policiais e guardas, garis e catadores, motoristas, faxineiros, porteiros, coveiros, se enquadram numa faixa considerada como profissões de desprestígio ou estigmatizadas. No entanto, neste período da pandemia, vemos em todo o mundo manifestações populares de reconhecimento do trabalho desses profissionais. Assistimos também à reação emocionada exibida por esses profissionais, ao se sentirem alvo de atenção e do reconhecimento do valor de seu trabalho. Podemos acreditar que as representações sociais no que se refere a essas categorias profissionais sofrerão mudanças a partir da pandemia? E ainda, essas pessoas passarão a olhar para seu trabalho e seu lugar no mercado de trabalho de forma diferente? Sentir-se-ão mais valorizados?

Porém, quanto as perspectivas das relações de trabalho, haverá alteração nas dinâmicas das práticas laborais, nas estruturas hierárquicas empresariais? Receberão os mesmos trabalhadores, esse mesmo tipo de reconhecimento em forma de respeito profissional, melhoria de salário e de condições de trabalho? Essas alterações serão tão importantes quanto reconhecimento social e de ressignificação pessoal.

Percebe-se também a grande expressão de solidariedade e empatia manifestada pelas comunidades nos vários extratos sociais, porém, mais evidentes no entorno das grandes cidades brasileiras, onde os serviços públicos, principalmente os de saúde, não chegam. Sem trabalho, sem condições sanitárias, sem espaço para o isolamento que lhes garanta segurança, muitos não sobreviveriam não fosse a iniciativa de pessoas que se agrupam criando meios de conseguir cestas básicas, um carro para conduzir alguém ao hospital, voluntários para cuidar de crianças (sem escola) enquanto os pais trabalham, frentes coletivas solidárias. O individualismo competitivo que caracteriza a sociedade contemporânea até agora, poderá ceder espaço à cooperação? As pessoas tenderão a se agrupar em coletivos visando a valorização de suas profissões? A solidariedade e a empatia serão mais presentes? Para o psicossociólogo Eugène Enriquez (1994): “Não se trata unicamente de querer coletivamente; trata-se de sentir coletivamente, de experimentar a mesma necessidade de transformar um sonho ou uma fantasia em realidade cotidiana e de se munir dos meios adequados para conseguir isso”.

Em pesquisa anterior desenvolvida com algumas cooperativas populares no Rio de Janeiro, encontramos que as dificuldades interpessoais das relações de poder, da tomada de decisões, das práticas de subjugação cristalizadas historicamente, persistem nos movimentos emergentes que buscam a autogestão, num nível micropolítico. Mas é nesses mesmos sujeitos, que criam e dão forma a essas formas associativas populares, que o ideal cooperativista se revela de modo mais evidente. Os prazeres da apropriação do próprio trabalho, da disposição do tempo, da possibilidade da aprendizagem, da autoestima recuperada ou descoberta, se mesclam à satisfação da descoberta do outro como possível cooperador, e não apenas como competidor. A partir de entrevistas, da observação participante de reuniões, assembleias e atividades cotidianas de cooperativados, e de análise documental, surgiram evidências da eficácia da ação coletiva, dos frutos da solidariedade e da cooperação, refletidas na eficiência da gestão organizacional e na geração de renda para os cooperativados, embora a possibilidade de outras formas de vínculos de trabalho que não passem necessariamente por relações instituídas de dominação/sujeição se mostre como um difícil processo de mudança de cultura.

As principais dificuldades percebidas no nível institucional referem-se ao processo de tomada de decisões em assembleias (há uma tendência à centralização desse processo, tanto por parte de dirigentes quanto dos demais cooperativados, refletindo a manutenção de modelos arcaicos paternalistas). Quanto aos indivíduos que compõem as cooperativas populares, evidencia-se o conflito que representa para eles o peso da "carteira assinada" (identidade social de sujeição, mas também segurança), contrapondo-se à ausência de patrão (liberdade e autonomia, mas

também desamparo). Revela-se, no entanto, no discurso dos cooperativados, a aprendizagem pessoal e motivação para a ação coletiva, manifesta principalmente pela consciência da construção social do próprio lugar nas relações instituídas e naturalizadas no mundo do trabalho. A mudança pessoal reflete-se ainda na autoestima elevada, na manifestação de atos de solidariedade e na aceitação da diferença. Essas mudanças e a consciência de potencialidades não antes percebidas, resituam o trabalhador frente a si mesmo, à família, ao grupo, à sociedade e apontam para construção de um novo cidadão. O trabalho cooperativado nas classes trabalhadoras, embora esbarre nas hierarquias sociais e no sistema burocrático estatal, insiste na disposição cidadã e na solidariedade emergente através de uma nova cultura que se instala.

As ações coletivas fortalecem o sentimento de “pertença” e solidificam os vínculos comunitários, permitindo a elaboração e o engajamento conjunto em projetos locais. Projetos de ação comunitária podem se revelar como riquíssimos elementos de construção de cidadania, de resgate da autoestima, de conscientização, em última análise, do lugar que cada ator ocupa no social. Ao vislumbrar a possibilidade da solidariedade e da ação conjunta em benefício comum, o novo cidadão estará também mais atento ao que lhe cerca. Em todo o país, temos visto a atuação de movimentos sociais (já existentes ou emergentes) na mobilização, formulação de diagnóstico da situação local, organização até a distribuição de ajuda a pessoas, famílias em situação de vulnerabilidade.

Esperemos que ao fim dessa experiência, a humanidade compreenda que a civilização não está acima da natureza, que somos interdependentes, e que encontremos novos horizontes sociais e outras perspectivas para a vida no planeta, e concluo com o pensamento de Ailton Krenak (2020): “O mundo está agora numa suspensão. E não sei se vamos sair dessa experiência da mesma maneira que entramos. As mudanças já estão em gestação”.

REFERÊNCIAS

- ENRIQUEZ, E. O vínculo grupal. in: LEVY, A. *et al.* **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
- KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Cia das Letras, 2020.
- LHUIILLER, D. Travail du négatif, travail sur le négatif. **Education Permanente**, v. 179, n. 2, p. 39-57, 2009.
- LHUIILLER, D. Introdução à Psicossociologia do Trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 5-19, 2014.
- NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre o espaço da Psicossociologia. **Série Documenta**, v. 7, p. 51 - 58, 1996.
- NASCIUTTI, J.C.R. Cooperação e autonomia: desafios das cooperativas populares. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 6, p. 91-107, 2003.